

[Gal/Cast]Izquierda y post-modernidad: ciudadanía, pobreza y emprendedores

MAURICIO CASTRO :: 23/09/2016

La crisis de identidad de lo que algún día fue la izquierda revolucionaria se manifiesta principalmente en su participación “crítica” en la recuperación del sistema

Galego

Ao longo de varios séculos, ela tivo, como todas as civilizacións históricas anteriores, a súa época de surgimento e de apogeu, vivendo na actualidade umha lenta, mas inexorable decadencia que atravesa de maneira cada vez mais visível todos os poros da súa existencia social.

A mais conhecida e patente das súas manifestacións é a crise económica. Muito se esforça a ideologia ainda dominante em explicar-nos que se trata de umha crise episódica, mesmo subjetiva ou de “estado de ánimo”. Essa era a mensagem -lembrades?- daquela campanha de 2010 no Estado espanhol: “Esto lo arreglamos entre todos”. Financiada por 18 das maiores grandes empresas espanholas e através de umha série de caras amáveis do mundo do espetáculo, o seu objetivo declarado era “contagiar confiança e fomentar as atitudes positivas” como melhor via para deixar atrás a crise.

Apesar do forte financiamento de Telefónica, Repsol, BBVA e El Corte Inglés, entre outras, a propaganda ideológica tem os seus limites. Aquela campanha ajudou a difundir o “cidadanismo” e a amortecer as lutas de classes, o que nom é pouco, mas ficou longe do seu falso objetivo inicial: deixar atrás umha crise que, como já era evidente na altura, nom respondia a nengum problema de confiança ou autoestima, e sim aos limites históricos do próprio sistema, que continuam aí, diante dos nossos olhos.

Porém, gostava nesta ocasiom de abordar umha outra manifestação bem ilustrativa da dissolução a que aludia mais acima. Refiro-me a como a própria esquerda participa da decadente conceção de vida burguesa, de maneira inevitável até que consiga enxergar primeiro, planificar depois e aplicar por fim, um programa alternativo de superação desta decadente civilização.

A crise de identidade do que algum dia foi a esquerda revolucionária, derrotada nas suas diversas tentativas de superação do sistema capitalista, após tumultuosos e contraditórios avanços e recuos, manifesta-se principalmente na sua participação “crítica” na recuperação do sistema. O tema é suficientemente complicado para nom o despacharmos aqui num artiguinho como este, mas sim gostava de referir alguns exemplos de como a linguagem expressa a lamentável integração da nossa esquerda na cosmovisão burguesa.

Desarmada de qualquer ferramenta teórica transformadora, as posições e referências da esquerda pós-moderna fam toda a diferença frente a qualquer afirmação de rutura revolucionária com o sistema, o que se mostra desde logo nas suas categorias

programáticas.

Vamos comentar três que consideramos bem significativas.

A primeira renúncia destacável é a adoção da “cidadania” como sujeito e referente político permanente da mudança que essa esquerda defende. O significado profundo de tão superficial etiqueta vai muito além da renúncia ao uso de categorias científicas como “proletariado”, “classe trabalhadora” ou a sua antagonista, “burguesia”. Na verdade, o esconjuro dirige-se à essência mesma da noção de “classe social”, que na versão da esquerda dos nossos tristes dias ficou reduzida a vestígio arqueológico.

O que pode parecer um puro bizantinismo terminológico converte-se em porta aberta à ideologia liberal que, em nome do individualismo metodológico, pretende converter a sociedade numa coleção de pessoas à procura da satisfação particular de desejos, base explicativa da teoria económica atual.

Desaparecem assim do tabuleiro de jogo, numa só cartada, duas categorias imprescindíveis para uma compreensão cabal do funcionamento de qualquer sociedade de classes: a de “antagonismo” e a de “totalidade”. Deixam de fazer qualquer sentido tanto a luta coletiva com critério de classe como a visão da sociedade enquanto complexo integrado de determinações e interesses materiais ligados ao próprio papel de cada grupo na reprodução social. A renúncia à compreensão global torna impossível uma abordagem política integral, que é substituída pelos parches e medidas parciais dos governos “para todos”, com simpáticos programas de reformas que nada de substancial resolvem.

É claro que a reivindicação da “cidadania” teve todo o sentido no capitalismo ascendente, ligado ao surgimento de uma nova sociedade marcada pela contradição central entre quem compra e quem vende a força de trabalho no mercado capitalista. Porém, uma vez universalizada tal contradição como motor da nova reprodução social burguesa, carece de qualquer significado ressuscitar semelhante etiqueta, a não ser que continuemos a pensar que um setor significativo da sociedade galega vive num sistema de tipo servil ou feudal. Tenhamos em conta que, de facto, o termo “cidadão/cidadã” inclui hoje na Galiza qualquer indivíduo de qualquer classe social que compra ou vende força de trabalho: tanto o dono de Inditex como a última das suas operárias exercem desse modo a sua cidadania. Todas elas são, portanto, cidadãs ou cidadãos.

Uma outra referência anestésica que faz imenso sucesso nos tempos pós-modernos que vivemos é a de “pobreza”. Novamente, não se trata de negar a existência da pobreza, nem muito menos de ocultar a sua significativa e crescente dimensão. O problema neste caso é que a exibição do efeito oculta por completo a causa e, nessa medida, retira do foco aquilo que deve realmente ser combatido: a “exploração”.

Convido quem isto lê a reparar a grande frequência com que todo o tipo de partido, ONG católica, campanha institucional e coletivo social reconhecem e denunciam a “pobreza” e, em simultâneo, a quase absoluta desaparecimento de referências à sua causa, que não é outra que a “exploração” e a desigualdade crescente que ela gera. O motivo dessa desaparecimento parece evidente: a “exploração” é o núcleo duro do capital. Questioná-la significa questionar radicalmente a própria reprodução do sistema, o que nenhuma esquerda

“realista” está disposta a fazer nos dias de hoje. Em lugar disso, fica no assistencialismo e na distribuição da renda, sem maiores pretensões.

A terceira das categorias pós-modernas que comentamos provém diretamente do campo da ideologia liberal dominante. Trata-se da figura do “empreendedorismo” como parte do programa de saída da crise proposta pelo conjunto de forças políticas de todo o espectro parlamentar, incluídas as da esquerda.

Neste caso, a noção remete, de umha parte, para o espírito do “american way of life”, situando a iniciativa particular e o autoemprego como melhor alternativa em tempos de crise, sem esperar que nem o Estado nem ninguém che solucione os “teus” problemas; e doutra parte, para a defesa dos pequenos capitais, da pequena empresa, como alternativa à hegemonia incontestável do grande capital.

Frente a ambos mitos, não deveria ser necessário insistir na dupla falácia: a da saída individual mediante a conversão de cada trabalhador/a em autónomo ou pequeno empresário; e a da suposta alternativa progressiva do pequeno capital frente ao grande.

Para já, a própria dinâmica do capital promove que a pequena empresa e o trabalhador autónomo colaborem barateando o custo de produção mediante a autoexploração ou a pressão sobre os salários do seu pessoal, geralmente bem inferiores nas pequenas empresas do que nas grandes, pela menor margem objetiva para a extração de mais-valia.

Doutra parte, o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo implica desde o seu nascimento a imparável concentração e centralização do capital, tornando inviável o regresso a fases historicamente superadas, de livre comércio e pequena escala produtiva. Um programa de esquerda deveria propor que a socialização crescente da atividade produtiva seja coroada pela socialização da propriedade, mediante umha determinante intervenção pública na economia, e não a intervenção em defesa de uns capitalistas “bons” contra outros “maus”.

A lista de conceitos, categorias e práticas que delatam a integração da esquerda política atual no sistema que tinha combatido é muito ampla e mostra bem a dimensão de umha derrota histórica. Porém, julgo os três exemplos brevemente comentados significativos da nossa incapacidade coletiva para fazermos frente a sério à crise estrutural do sistema da única maneira efetiva: com a imprescindível reconstrução de umha esquerda que, com todas as mediações e lutas parciais que forem necessárias, aponte para a superação histórica do capital, um modo de produção agonizante que deve ser definitivamente relegado.

Castellano

Puede parecer un dramatismo excesivo, pero son muchas las evidencias de que vivimos tiempos de disolución de toda una civilización, la burguesa-capitalista. La cual, a lo largo de varios siglos, tuvo, como todas las civilizaciones históricas anteriores, su época de surgimiento y apogeo, y que en la actualidad vive una lenta, pero inexorable decadencia que

atraviesa de manera cada vez más visible todos los poros de su existencia social.

La más conocida y patente de sus manifestaciones es la crisis económica. Mucho se esfuerza la ideología aún dominante en explicarnos que se trata de una crisis episódica, incluso subjetiva o de “estado de ánimo”. Ese era el mensaje –os acordais?– de aquella campaña de 2010 en el Estado español: **“Esto lo arreglamos entre todos”**.

Financiada por 18 de las mayores grandes empresas españolas y a través de una serie de caras amables del mundo del espectáculo, su objetivo declarado era “contagiar confianza y fomentar las actitudes positivas” como mejor vía para dejar atrás la crisis.

A pesar de la fuerte financiación de Telefónica, Repsol, BBVA y El Corte Inglés, entre otras, la propaganda ideológica tiene sus límites. Aquella campaña ayudó a difundir el “ciudadanismo” y a amortiguar las luchas de clases, lo que no es poco, pero se quedó lejos de su falso objetivo inicial: dejar atrás una crisis que, como ya era evidente entonces, no respondía a ningún problema de confianza o autoestima, sino a los límites históricos del propio sistema, que continúan ahí, ante nuestros ojos.

Sin embargo, me gustaría en esta ocasión abordar otra manifestación bastante ilustrativa de la disolución a que aludía más arriba. Me refiero a como la propia izquierda participa de la decadente concepción de vida burguesa, de manera inevitable hasta que consiga ver primero, planificar después y aplicar por fin, un programa alternativo de superación de esta decadente civilización.

La crisis de identidad de lo que algún día fue la izquierda revolucionaria, derrotada en sus diversas tentativas de superación del sistema capitalista, después de tumultuosos y contradictorios avances y retrocesos, se manifiesta principalmente en su participación “crítica” en la recuperación del sistema. El tema es suficientemente complicado para no intentar despacharlo aquí en un pequeño artículo como este, pero sí me gustaría referirme a algunos ejemplos de como el lenguaje expresa la lamentable integración de nuestra izquierda en la cosmovisión burguesa.

Desarmada de cualquier herramienta teórica transformadora, las posiciones y referencias de la izquierda posmoderna contrastan fuertemente con cualquier afirmación de ruptura revolucionaria con el sistema, lo que se ve inmediatamente en sus categorías programáticas.

Vamos a comentar tres que consideramos bastante significativas.

La primera renuncia destacable es la adopción de la “**ciudadanía**” como sujeto y referente político permanente del cambio que esa izquierda defiende. El significado profundo de tan superficial etiqueta va mucho más allá de la renuncia al uso de categorías científicas como “**proletariado**”, “**clase trabajadora**” o su antagonista, “**burguesía**”. En realidad, el conjuro se dirige a la esencia misma de la noción de “**clase social**”, que en la versión de la izquierda de nuestros tristes días se quedó reducida a vestigio arqueológico.

Lo que puede parecer un puro bizantinismo terminológico se convierte en puerta abierta a la ideología liberal que, en nombre del individualismo metodológico, pretende convertir la sociedad en una colección de personas en busca de la satisfacción particular de deseos, base explicativa de la teoría económica actual.

Desaparecen así del tablero de juego, de un plumazo, dos categorías imprescindibles para una comprensión cabal del funcionamiento de cualquier sociedad de clases: la de “**antagonismo**” y la de “**totalidad**”. Dejan de tener ningún sentido tanto la lucha colectiva con criterio de clase como la visión de la sociedad como complejo integrado de determinaciones e intereses materiales conectados al propio papel de cada grupo en la reproducción social. La renuncia a la comprensión global hace imposible una abordaje político integral, que es sustituido por los parches y medidas parciales de los gobiernos “para todos”, con simpáticos programas de reformas que nada sustancial resuelven.

Quede claro que la reivindicación de la “ciudadanía” tuvo pleno sentido en el capitalismo ascendente, conectado al surgimiento de una nueva sociedad marcada por la contradicción central entre quien compra y quien vende la fuerza de trabajo en el mercado capitalista. Sin embargo, una vez universalizada así la contradicción motor de la nueva reproducción social burguesa, carece de cualquier significado resucitar semejante etiqueta, a no ser que continuemos pensando que un sector significativo de la sociedad galega vive en un sistema de tipo servil o feudal.

Tengamos en cuenta que, de hecho, el término “ciudadano/ciudadana” incluye hoy en Galiza a cualquier individuo de cualquier clase social que compra o vende fuerza de trabajo: tanto el dueño de Inditex como la última de sus obreras ejercen de ese modo su ciudadanía. Todas ellas son, por lo tanto, ciudadanas o ciudadanos.

Otra referencia anestésica que está teniendo un gran éxito los tiempos posmodernos que vivimos es la de “**pobreza**”.

Nuevamente, no se trata de negar la existencia de la pobreza, ni mucho menos de ocultar su significativa y creciente dimensión. El problema en este caso es que la exhibición del efecto oculta por completo la causa y, en esa medida, retira del foco aquello que debe realmente

ser combatido: a “**explotación**”.

Invito a quién me lee a notar la gran frecuencia con que todo tipo de partido, ONG católica, campaña institucional y colectivo social reconocen y denuncian la “pobreza” y, en simultáneo, la casi absoluta desaparición de referencias a su causa, que no es otra que la “explotación” y la desigualdad creciente que aquella genera. El motivo de esa desaparición parece evidente: la “explotación” es el núcleo duro del capital.

Cuestionarla significa cuestionar radicalmente la propia reproducción del sistema, lo que ninguna izquierda “realista” está dispuesta a hacer en el día de hoy. En lugar de eso, se queda en el asistencialismo y en la distribución de la renta, sin mayores pretensiones.

La tercera de las categorías posmodernas que comentamos proviene directamente del campo de la ideología liberal dominante.

Se trata de la figura del “**emprendedor**” como parte del programa de salida de la crisis propuesta por el conjunto de fuerzas políticas de todo el espectro parlamentario, incluidas las de la izquierda.

En este caso, la noción remite, por una parte, al espíritu del “american way of life”, situando la iniciativa particular y el autoempleo como mejor alternativa en tiempos de crisis, sin esperar que ni el Estado ni nadie te solucione “tus” problemas; y por otra parte, a la defensa de los pequeños capitales, de la pequeña empresa, como alternativa a la hegemonía incontestable del gran capital.

Frente a ambos mitos, no debería ser necesario insistir en la doble falacia: la de la salida individual mediante la conversión de cada trabajador/a en autónomo o pequeño empresario; y la de la supuesta alternativa progresiva del pequeño capital frente al grande.

Por una parte, la propia dinámica del capital promueve que la pequeña empresa y el trabajador autónomo colaboren abaratando el coste de producción mediante la autoexplotación o la presión sobre los salarios de su personal, generalmente bastante inferiores en las pequeñas empresas que en las grandes, por el más pequeño margen objetivo para la extracción de plusvalía.

Por otra parte, el propio desarrollo histórico del capitalismo implica desde su nacimiento la imparable concentración y centralización del capital, haciendo impracticable el regreso a fases históricamente superadas, de livrecambismo y pequeña escala productiva. Un

programa de izquierda debería proponer que la socialización creciente de la actividad productiva sea coronada por la socialización de la propiedad, mediante una determinante intervención pública en la economía, y no la intervención en defensa de unos capitalistas “buenos” contra otros “malos”.

La lista de conceptos, categorías y prácticas que delatan la integración de la izquierda política actual en el sistema que había combatido es muy amplia y muestra claramente la dimensión de una derrota histórica. Sin embargo, considero los tres ejemplos brevemente comentados significativos de nuestra incapacidad colectiva para hacer frente en serio a la crisis estructural del sistema de la única manera efectiva: con la imprescindible reconstrucción de una izquierda que, con todas las mediaciones y luchas parciales que sean necesarias, apunte hacia la superación histórica del capital, un modo de producción agonizante que debe ser definitivamente relegado.

Ferrol, GALIZA, septiembre de 2016

<https://galiza.lahaine.org/izquierda-y-post-modernidad-ciudadania>